



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AJALR  
Nº 70037523933  
2010/CÍVEL

**AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE**

**DE**

**ÓRGÃO ESPECIAL**

**Nº 70037523933**

**PORTO ALEGRE**

**CLENIO BOEIRA DA SILVA**

**PROPONENTE**

**CÂMARA DE VEREADORES DO  
MUNICÍPIO DE DOM FELICIANO**

**REQUERIDA**

**PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**

**INTERESSADO**

## **DECISÃO**

Vistos.

**PREFEITO MUNICIPAL DE DOM FELICIANO** propõe ação direta de inconstitucionalidade em face do **artigo 46, inciso XXII**, da Lei Orgânica do Município de Dom Feliciano, bem como das expressões contidas no artigo 9.º, *caput*, “**mediante autorização da Câmara Municipal de Vereadores**”, § 2.º “**devendo os mesmos serem (sic) aprovados por leis dos Municípios que deles participarem**” e § 3.º “**previamente aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores**”.

Aponta que o dispositivo e as expressões impugnadas conflitam com o artigo 84 da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência privativa do Presidente da República para exercer, com auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal, assim como com o artigo 82, incisos II e XXI, que define competir, privativamente, ao Chefe do Executivo, exercer, com auxílio do Secretário de Estado, a

MCA

Número Verificador: 7003752393320101270986



AJALR  
Nº 70037523933  
2010/CÍVEL

direção superior da administração, assim como celebrar convênios com a União, Distrito Federal, com outros Estados e com Municípios para a execução de obras e serviços. Afirma haver ofensa ao princípio da independência e harmonia dos poderes, consagrado no artigo 2.º, CF e artigos 5.º e 10 da CE, aplicáveis aos Municípios por força do artigo 8.º da Carta Estadual. Citando precedentes, requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do **inciso XXII do artigo 46** da Lei Orgânica do Município de Dom Feliciano, bem como das expressões contidas no *caput* do artigo 9.º **“mediante autorização da Câmara Municipal de Vereadores”**, em seu § 2.º **“devendo os mesmos serem (sic) aprovados por leis dos Municípios que deles participarem”** e § 3.º **“previamente aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores”** e, ao final, a procedência do pedido, para que seja declarada a inconstitucionalidade dos dispositivos impugnados

É o relatório.

Evidente a inconstitucionalidade do **artigo 46, inciso XXII**, da Lei Orgânica do Município de Dom Feliciano, bem como das expressões contidas no artigo 9.º, *caput*, **“mediante autorização da Câmara Municipal de Vereadores”**, § 2.º **“devendo os mesmos serem (sic) aprovados por leis dos Municípios que deles participarem”** e § 3.º **“previamente aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores”**, uma vez que, quanto à celebração de convênios, subordina o exercício da direção superior da administração à autorização da Câmara de Vereadores, com o que se flagra invasão da competência privativa do Chefe do Executivo, violados, assim, o artigo 82, II e XXI, da Constituição Estadual.



AJALR  
Nº 70037523933  
2010/CÍVEL

Da mesma forma, também se verifica ofensa aos artigos 5.º e 10 da Constituição Estadual, porquanto inobservado o princípio da Separação dos Poderes, aplicáveis aos Municípios os princípios estabelecidos na Constituição Federal e Estadual, na forma do artigo 8.º, CE.

Neste sentido, colaciono precedentes deste Órgão Especial

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO. INCONSTITUCIONALIDADE.**

1. É inconstitucional o *caput* do art. 7º da Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo, que exige a autorização da Câmara Municipal para o Município poder celebrar convênios. 2. Pelas mesmas razões é também declarada a inconstitucionalidade do inciso V do art. 31 da mesma Lei porque confere ao ente legislativo competência exclusiva quanto à autorização de convênios e contratos do interesse municipal. 3. Doutrina e jurisprudência já consolidada evidenciam a ofensa ao princípio da independência e da harmonia entre Poderes.

**AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.**

(Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 70014757629, Órgão Especial, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Felipe Brasil Santos, julgado em 24.07.2006)

**ADIn. CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE INTERESSE MUNICIPAL MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES.** Ato normativo que invade as atribuições da gestão, ferindo o princípio da independência e harmonia dos Poderes. **AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME.**

(Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 70014532634, Órgão Especial, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Augusto Monte Lopes, julgado em 05.06.2006)

Dito isso, **defiro a liminar pleiteada**, para suspender os efeitos do **inciso XXII do artigo 46** da Lei Orgânica do Município de Dom Feliciano, bem como das expressões contidas no *caput* do artigo 9.º **“mediante autorização da Câmara Municipal de Vereadores”**, em seu § 2.º **“devendo**



AJALR  
Nº 70037523933  
2010/CÍVEL

**os mesmos serem (*sic*) aprovados por leis dos Municípios que deles participarem” e § 3.º “previamente aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores”.**

Notifique-se o Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Dom Feliciano, para que, em 30 dias, preste informações, nos termos do § 2.º do artigo 213 do Regimento Interno deste Tribunal.

Cite-se, no prazo de 40 dias, a ilustre Procuradora-Geral do Estado, forte no artigo 95, § 4.º, da Constituição Estadual.

Após, vista à digna Dra. Procuradora-Geral de Justiça, com base no artigo 95, § 3.º, da Constituição Estadual.

Intimar.

Porto Alegre, 09 de julho de 2010.

**DES. ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA,  
RELATOR.**